



Cuiabá, 31 de março de 2022

Ao Banco Central do Brasil

Em atendimento ao disposto no Art. 4º da Circular 3.964, de 25 de setembro de 2019, elaboramos a presente carta de apresentação das demonstrações financeiras da **AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreende:

1. Relatório da Administração;
2. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração de Resultados;
5. Demonstração do Resultado Abrangente;
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
8. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras objeto deste arquivo estarão disponíveis no endereço eletrônico www.al5bank.com.br.

A administração declara que é responsável pela correta apresentação das demonstrações financeiras e se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

TARCISIO
HUBNER:45360030
968

Assinado de forma digital por
TARCISIO HUBNER:45360030968
Dados: 2022.05.02 08:09:42
-04'00'

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

PATRICIA MICHELLI
ALVES DE
LIMA:72093838249

Assinado de forma
digital por PATRICIA
MICHELLI ALVES DE
LIMA:72093838249
Dados: 2022.04.28
14:38:05 -04'00'

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora de Operações e Finanças

MARCO ANTONIO
FELICIO
SANCHES:12476933848

Assinado de forma digital por
MARCO ANTONIO FELICIO
SANCHES:12476933848
Dados: 2022.04.28 15:34:05 -04'00'

Marco Antônio Sanches Felicio
Diretor de Clientes e Produtos

William Luppi
Contador – CRC-PR-65355/O-5



AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

**Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de
2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	6
Balanco Patrimonial	9
Demonstração dos Resultados	10
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da AL5 S.A. CFI submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Fatos Novos Relevantes

O cenário que se apresentou ao longo do ano de 2021 ainda foi de muitas incertezas e desafios sobre o ritmo de crescimento da economia, e notadamente a partir de setembro a confiança de empresários e consumidores começou a declinar. Entre as empresas, além da queda registrada na indústria e comércio, preocupa a perda de otimismo no setor de serviços. No caso dos consumidores, desemprego e inflação persiste e continua pesando, esta última passou a influenciar o humor de consumidores de todas as faixas de renda.

No decorrer do segundo semestre, com o avanço da vacinação, esperávamos uma economia mais dinâmica, entretanto, olhamos para o Brasil e em função de processo inflacionário, incertezas políticas e fiscal e ainda a pressão por aumento de gastos no próximo ano, de eleições, apresenta-se um cenário que propõe muita cautela em nossa atividade.

A taxa básica de juros (Selic), permaneceu em 2% no primeiro trimestre como tentativa de estímulo à economia, porém, fechou o ano em 9,25% puxada pela elevação da inflação no mesmo período, que saiu do patamar de 5,20% em janeiro de 2021, para fechar em 10,38% o ano de 2021.

Ante ao cenário que se construiu após mais de um ano de pandemia, coube à AL5 S.A. CFI adotar medidas mais efetivas de recuperação de crédito. Firmou novas parcerias com empresas de cobrança e passou a variar estratégias de cobrança e renegociação, obtendo resultados significativos, superando a meta estipulada para o ano.

Por outro lado, mesmo com o ritmo lento da economia, devido à alta dos juros, inflação, flutuação do câmbio e as tensões políticas, a AL5 S.A. CFI continuou expandindo seus negócios, ampliando suas concessões de crédito e as captações.

A instituição iniciou suas operações junto ao correspondente bancário “E-Cred”, pertencente a Serasa, que permitiu escalar operações de crédito de varejo de forma ágil.

Passou a operar também com o produto “Cessão de crédito” e ampliou sua operação no crédito estruturado para produtores rurais.

No âmbito social, a instituição seguiu adotando medidas de segurança sanitária, mantendo parte de seus colaboradores no regime de trabalho remoto (Home-Office), prezando pela saúde da equipe e de seus familiares.

Destaca-se também que a AL5 S.A. CFI ampliou o seu quadro para 38 colaboradores, além de abrir novos postos na área de tecnologia da informação.

No primeiro semestre de 2021, um importante marco iniciou-se para a transformação do Sistema Financeiro Nacional. O Banco Central do Brasil (Bacen) deu início à primeira fase de implementação do Open Banking.

O Open Banking, ou sistema financeiro aberto, é a possibilidade de clientes de produtos e serviços financeiros permitirem o compartilhamento de suas informações entre diferentes instituições autorizadas pelo Banco Central e a movimentação de suas contas bancárias a partir de diferentes plataformas e não apenas pelo aplicativo ou site do banco, de forma segura, ágil e conveniente (Fonte: Bacen).

Nos últimos meses de 2021 começaram a surgir questões importantes em torno do sucesso – ou não – do Open Banking. O primeiro ponto que vale esclarecer é que ainda há muito para ser feito para que a iniciativa seja um sucesso no Brasil e no Mundo.

A AL5 S.A. CFI é instituição participante do Open Banking e mobiliza esforços para construir o que há de mais atual em tecnologia visando utilizar a maior quantidade possível de dados disponíveis para ofertar melhores serviços aos clientes e ampliar sua participação no mercado.

Ainda, a ausência de adoção por parte dos consumidores preocupa instituições financeiras e até mesmo alguns órgãos reguladores ao redor do mundo. No Brasil não é diferente. Para que as pessoas compartilhem os seus dados entre as mais diversas instituições, é preciso que haja confiança por parte do consumidor, mas isso só é possível por meio de conhecimento. O Open Banking ainda é pouco falado, dado seu tamanho. É preciso que a população conheça, entenda e confie na iniciativa para que então estejam confortáveis em consentir o compartilhamento de seus dados. No Reino Unido, por exemplo, era esperado uma adoção de pelo menos 33 milhões de usuários, mas foi possível atingir apenas 4 milhões. Precisamos de tração para que esse ecossistema se torne cada vez mais relevante. Destacamos alguns pontos de atenção:

- o Banco Central do Brasil (Bacen) permita que cada vez mais fintechs participem deste novo ecossistema, com a aprovação dos provedores de serviços;
- as instituições financeiras, varejistas, fintechs e empresas de diversos setores apoiem e participem efetivamente da iniciativa, incorporando soluções aos seus modelos de negócios;
- consumidor esteja informado o suficiente e compreenda os benefícios que terá ao participar do Open Banking;
- fintechs cumpram com a missão de democratizar o acesso aos dados e prezem pela segurança das informações, colocando os consumidores no centro de todas as decisões.

Não podemos superestimar o poder do Open Banking a curto prazo, mas definitivamente não podemos subestimar sua revolução no médio e longo prazo.

Não podemos deixar de considerar que o PIB do Agronegócio brasileiro cresceu 8,36% em 2021. Dentro dos ramos, o PIB do agrícola avançou 15,88% de 2020 para 2021 e o PIB do pecuário recuou 8,95% (Fonte Cepea).

As exportações do agronegócio brasileiro somaram valor recorde em 2021: US\$ 120,59 bilhões (+19,7%). O crescimento das vendas externas ocorreu em função do aumento do índice de preços dos produtos (+21,2%). Os cinco principais setores em valor exportado foram: complexo soja (US\$ 48,01 bilhões); carnes (US\$ 19,86 bilhões); produtos florestais (US\$ 13,94 bilhões); complexo sucroalcooleiro (US\$ 10,26 bilhões); e café (US\$ 6,37 bilhões). Em conjunto, os cinco setores foram responsáveis por 81,6% de todas as exportações do agro no ano.

Neste setor concentram-se as principais oportunidades para a AL5 S.A. CFI, que por meio da tecnologia precisa escalar seus processos, produtos, serviços e crédito ao segmento que mais cresce, de maneira sustentável, no país.

Neste sentido, por meio de parceria com a AMAGGI, foi possível estabelecer o montante de aproximadamente R\$ 200 milhões em limites de crédito, para produtores rurais parceiros AMAGGI, e foram realizados mais de R\$ 20 milhões em negócios de crédito nos meses de novembro e dezembro.

Aspectos Operacionais e Desempenho Econômico-Financeiro

A AL5 S.A. CFI encerrou o exercício de 2021 com 14.042 operações de crédito ativas e volume de recursos liberados no montante de R\$ 246,82 milhões, com receitas totais na ordem de R\$39,72 milhões. Crescimento de 39,57% em relação ao ano anterior.

Conforme registro do risco de crédito dentro do esperado, com a efetividade na qualidade da carteira de crédito, onde o índice de provisão (IProv) registrou queda durante todo o exercício de 2021 iniciando o ano com 15% e encerrando em 5,3% de provisão para créditos de liquidação duvidosa, favorecido pela qualidade nas concessões de créditos, controle da inadimplência e recuperação de créditos.

A instituição segue ampliando seus investimentos em tecnologia, atingindo o volume de R\$ 5,4 milhões no fim do exercício, buscando melhor robustez nos sistemas com intuito de melhorar a experiência do cliente, dar melhor fluidez e segurança aos processos de contratação de crédito, captações e prestação de serviços financeiros.

Em consequência dos fortes investimentos apresentados em tecnologia e aumento de quadro de pessoal, ao fim do exercício de 2021 a instituição apresentou prejuízo no valor de R\$ 1.057 milhão. Resultado que ainda não refletiu a expectativa de projeção de nossas atividades retratado no Plano de Negócios para o ano findo em 31 de dezembro de 2021.

Ainda assim, em cumprimento ao disposto no artigo 11 do regulamento anexo I à Resolução CMN nº 4.122/12 esta Administração declara que está buscando a aderência ao Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil (BACEN), bem como acompanha as inovações do sistema financeiro nacional em razão da crescente digitalização e transformação tecnológica. Afirma que a gestão de capital da Companhia é conduzida de maneira prospectiva com objetivo de mensurar e prescrever a necessidade de capital de forma a antecipar a possibilidade de eventos ou alterações nas condições do mercado, vale destacar que elevamos nosso capital social para R\$ 77 milhões no segundo semestre de 2022. Tais medidas são efetuadas através do acompanhamento dos Ativos Ponderados por risco (RWA) e Patrimônio de Referência, ou seja, o Índice de Basileia que determina a relação entre o capital próprio da instituição e o capital de terceiros (captações) que será exposto a risco por meio da carteira de crédito. Ressalta-se ainda que os valores de Patrimônio Líquido realizados estão muito superiores ao mínimo exigido comparados com a carteira ativa nas mesmas datas de apuração considerando os Acordos de Basileia.

Por fim, destacamos que no cumprimento dos nossos compromissos e responsabilidades intrínsecos e próprios das atividades da Financeira, é compromisso da Administração garantir que as operações da AL5 S.A. CFI sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Cuiabá-MT, 31 de março de 2022.

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, (anteriormente denominada "Amaggi S.A. - CFI"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Créditos Tributários

Chamamos a atenção para o fato de a Instituição Financeira possuir contabilizado em 31 de dezembro de 2021, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 3.244 mil, conforme divulgado na nota explicativa "16.b" às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros, conforme projeção de resultados preparado e aprovado pela administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 31 de março de 2022.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/MT
REGINALDO BESCOROVAINE
CONTADOR CRC-PR Nº 45.212/O-5 S/MT

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Balanco Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>		Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo Circulante		<u>216.216</u>	<u>78.466</u>	Passivo Circulante		<u>125.580</u>	<u>4.692</u>
Disponibilidades	5.a	468	446	Depósitos	13.a	45.740	3.783
				Depósitos a Prazo		45.740	3.783
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		<u>22.286</u>	<u>18.559</u>	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	77.446	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.b	22.286	18.559	Recursos de Aceites Cambiais		77.446	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	<u>27.049</u>	<u>14</u>	Relações Interfinanceiras		<u>171</u>	<u>28</u>
Carteira Própria		27.049	14	Obrigações Junto a Particip. do Sistema de Liquid.		171	28
Relações Interfinanceiras	7	<u>85</u>	<u>519</u>	Outras Obrigações		<u>2.223</u>	<u>881</u>
Direitos Junto a Particip. do Sistema de Liquid.		80	47	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.a	319	1
Créditos Vinculados		5	472	Fiscais e Previdenciárias	14.b	1.085	237
Operações de Crédito		<u>165.818</u>	<u>54.797</u>	Recursos Vinculados à Operações de Crédito	14.c	184	184
Setor Privado	8.a	170.464	68.877	Diversas	14.d	635	459
Setor Público	8.a	6.847	60	Exigível a Longo Prazo		<u>105.330</u>	<u>63.548</u>
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	8.c	(11.493)	(14.140)	Depósitos	13.a	1.693	4.848
Outros Créditos	9	<u>458</u>	<u>1.779</u>	Depósitos a Prazo		1.693	4.848
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições		-	1.720	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	103.161	58.087
Diversos		458	59	Recursos de Aceites Cambiais		103.161	58.087
Outros Valores e Bens	10	<u>52</u>	<u>2.352</u>	Outras Obrigações	14.c	476	613
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	2.248	Recursos Vinculados à Operações de Crédito		476	613
Outros Valores e Bens		52	104	Patrimônio Líquido	15	<u>71.472</u>	<u>45.529</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>81.630</u>	<u>33.869</u>	Capital			
Operações de Crédito		<u>76.076</u>	<u>33.791</u>	De Domiciliados no País		77.000	50.000
Setor Privado	8.a	55.048	36.469	(-) Capital a Integralizar		-	-
Setor Público	8.a	23.263	140	Reservas de Lucros		12	12
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	8.c	(2.235)	(2.818)	Lucros ou Prejuízos Acumulados		(5.540)	(4.483)
Outros Créditos	9	<u>3.244</u>	<u>-</u>				
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições		3.244	-				
Outros Valores e Bens	10	<u>2.310</u>	<u>78</u>				
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		2.248	-				
Despesas Antecipadas		62	78				
Permanente		<u>4.536</u>	<u>1.434</u>				
Imobilizado de Uso	11	<u>219</u>	<u>276</u>				
Outras Imobilizações de Uso		416	415				
(-) Depreciações Acumuladas		(197)	(139)				
Intangível	12	<u>4.317</u>	<u>1.158</u>				
Outras Ativos Intangíveis		5.075	1.428				
(-) Amortizações Acumuladas		(758)	(270)				
Total do Ativo		<u>302.382</u>	<u>113.769</u>	Total do Passivo		<u>302.382</u>	<u>113.769</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre de 2021	2021	2020
Receitas de Intermediação Financeira	18.a	19.519	33.635	26.821
Operações de Crédito		18.398	31.484	26.302
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.121	2.151	514
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	5
Despesas da Intermediação Financeira		(15.149)	(26.381)	(23.338)
Operações de Captação no Mercado	18.b	(6.282)	(8.401)	(1.851)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(7.822)	(15.029)	(18.408)
Outras Despesas de Intermediação Financeira	18.c	(1.045)	(2.951)	(3.079)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.370	7.254	3.483
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(4.687)	(9.454)	(6.914)
Receitas de Prestação de Serviços	18.d	2.457	3.850	1.172
Outras Despesas Administrativas	18.e	(4.965)	(8.422)	(4.451)
Despesas de Pessoal	18.f	(3.296)	(6.287)	(3.579)
Despesas Tributárias	18.g	(526)	(853)	(414)
Outras Receitas/(Despesas)	18.h	1.643	2.258	358
Resultado Operacional		(317)	(2.200)	(3.431)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		(317)	(2.200)	(3.431)
Imposto de Renda e Contribuição Social		82	1.143	(361)
Provisão para Imposto de Renda	16	(199)	(199)	(1.285)
Provisão para Contribuição Social	16	(183)	(183)	(796)
Ativo Fiscal Diferido	16	464	1.525	1.720
Prejuízo Líquido do Período		(235)	(1.057)	(3.792)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2021	2021	2020
Resultado Líquido	<u>(235)</u>	<u>(1.057)</u>	<u>(3.792)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente Líquido do Semestre	<u>(235)</u>	<u>(1.057)</u>	<u>(3.792)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Exercício Findo em 31 de Dezembro
(Em milhares de Reais)**

Eventos	Capital Integralizado	Aumento de Capital	(-) Capital a Integralizar	Reservas de Lucro		Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAL
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.000	10.000	(10.000)	12	-	(691)	39.321
Aumento de Capital	10.000	(10.000)	10.000	-	-	-	10.000
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(3.792)	(3.792)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	50.000	-	-	12	-	(4.483)	45.529
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(822)	(822)
Saldos em 30 de Junho de 2021	50.000	-	-	12	-	(5.305)	44.707
Aumento de Capital	27.000	-	-	-	-	-	27.000
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(235)	(235)
Destinações							
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	77.000	-	-	12	-	(5.540)	71.472
Mutações do Período	(27.000)	-	-	-	-	235	(26.765)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto (Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2021	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(317)	(2.200)	(3.431)
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período			
Depreciações e Amortizações	344	546	228
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.509	(3.230)	14.351
	<u>1.536</u>	<u>(4.884)</u>	<u>11.148</u>
IR e CS Pagos	(382)	(382)	(2.081)
(Aumento)/Redução dos Ativos			
Títulos e Valores Mobiliários	(27.047)	(27.035)	487
Relações Interfinanceiras	3.441	434	(519)
Operações de Crédito	(92.315)	(150.076)	(24.379)
Outros Créditos	39	(398)	178
Outros Valores e Bens	29	68	(2.392)
Aumento/(Redução) dos Passivos			
Depósitos	23.584	38.802	8.621
Recursos de Aceites Cambiais	50.405	122.520	1.865
Relações Interfinanceiras	(543)	143	28
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados Sociais e Estatutárias	161	319	(94)
Fiscais e Previdenciárias	826	847	(513)
Outras Obrigações	93	39	965
	<u>(40.173)</u>	<u>(19.603)</u>	<u>(7.028)</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda			
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(1)	(21)
Aquisição de Intangível	(2.685)	(3.647)	(800)
	<u>(2.685)</u>	<u>(3.647)</u>	<u>(800)</u>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(2.685)	(3.648)	(821)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital	27.000	27.000	10.000
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-
	<u>27.000</u>	<u>27.000</u>	<u>10.000</u>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	27.000	27.000	10.000
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(15.858)</u>	<u>3.749</u>	<u>2.151</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	38.612	19.005	16.854
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	22.754	22.754	19.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - -

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto operacional

A AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento (“AL5 S.A. CFI”), anteriormente denominada Amaggi S.A. – CFI, é uma Companhia de Capital fechado, autorizada sua constituição pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de fevereiro de 2017 tornando-se operacional em agosto do mesmo ano, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a funcionar em agosto de 2017, momento no qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de uma Financeira, que realiza operações de crédito nas modalidades Capital de Giro, atendendo clientes pessoas jurídicas; o Desconto de Recebíveis mediante a adiantamentos de recursos aos fornecedores da Amaggi; Crédito Consignado, modalidade de empréstimo pessoal com liquidação das parcelas por meio de desconto em folha de pagamento de colaboradores de empresas conveniadas, inclusive entidades públicas; Crédito Direto ao Consumidor, modalidade de empréstimo pessoal, realizado através de ferramentas digitais e correspondentes bancários; e ainda o financiamento de veículos e outros bens, como por exemplo, máquinas e implementos agrícolas.

Além dos produtos de crédito, a AL5 S.A. CFI, oferta a seus clientes a conta de pagamentos digital *AL5 Bank*. Disponível na versão *mobile*, por meio dela, é possível realizar transferências de recursos financeiros via *PIX* e *Ted*, pagamento de contas, recarga de celulares e contratar operações de crédito na modalidade “Consignado”.

A captação de recursos é realizada de clientes pessoas físicas e jurídicas, dentro do próprio conglomerado Amaggi e em outras fontes no mercado, pelos canais de relacionamento com os clientes ou corretoras de valores, através da aplicação financeira em Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Recibos de Depósitos Bancários (RDB) e Letras de Câmbio (LC).

Nota 2. Base de Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 - Ativo Intangível, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33- Benefícios a Empregados e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis determinantes da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 29 de março de 2022.

Nota 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado e contido nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos originais sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

d) Relações Interfinanceiras

Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil (BACEN), referente aos sistemas de pagamento instantâneo – SPI.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular CMN nº 3.068/01 do BACEN, as cotas de fundos de investimentos detidos pela AL5 S.A. CFI são avaliadas e classificadas como:

Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro-rata dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações de créditos contratadas com o cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas em função dos atrasos consignados no artigo 4º da Resolução CMN nº 2.682/99, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, admitindo-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99

Os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

g) Outros Créditos e Outros Valores e Bens

São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas “pro-rata dia” e provisão para perdas, quando julgado necessário.

h) Ativos circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, conforme demonstração na Nota Explicativa nº 12.

j) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

k) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

I) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime do lucro real estimativa mensal para apuração dos tributos.

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15% entre 1º de janeiro de 2019 e 30 de junho de 2021 e 20% entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2021, conforme legislação fiscal em vigor, pertinente a cada encargo.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, além do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

m) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A AL5 S.A. CFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Nota 4. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a AL5 S.A. CFI.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da AL5 S.A. CFI, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores da AL5 S.A. CFI são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da AL5 S.A. CFI são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da AL5 S.A. CFI pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução CVM nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de riscos da AL5 S.A. CFI possui normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução CVM nº 4.557/17 define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na AL5 S.A. CFI tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17 Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A AL5 S.A. CFI, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no Segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução CMN nº 4.557/17 define que o Risco de Liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A AL5 S.A. CFI possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações no momento em que são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem incorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por Capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

A instituição adota uma estrutura de gerenciamento de capital objetivando manter um nível mínimo de capital superior às exigências regulatórias. O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021 apurado nos critérios da Resolução CMN nº 4958/21, é de 23,00% frente a 41,59% em 31 de dezembro de 2020. A tabela a seguir demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio de Referência	63.911	44.372
Patrimônio de Referência Nível I	63.911	44.372
Capital Principal	63.911	44.372
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	277.912	106.699
Risco de Crédito	245.077	85.978
Risco de Mercado	-	-
Risco Operacional	32.835	20.722
Índice de Basileia	23,00%	41,59%

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto nesta data-base seguintes montantes:

a) Disponibilidades

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos bancários	468	446
Total	468	446

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Compromissadas (i)	22.286	18.559
Total	22.286	18.559

(i) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 22.286 com data de revenda prevista para o dia 03 de janeiro de 2022 (*Overnight*), desta forma, não há aplicações interfinanceiras de longo prazo.

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está classificada de acordo com a Circular CMN nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) na categoria disponíveis para venda, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2021, apresentavam montantes R\$ 27.049 e de R\$ 14 em 31 de dezembro de 2020 e estavam representadas por aplicação em Letras Financeiras do Tesouro em cotas de fundos de investimentos de curto prazo.

Composições da Carteira

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos disponíveis para venda	27.049	27.049	14	14
Carteira Própria	27.049	27.049	14	14
Letras Financeiras do Tesouro (i)	27.049	27.049	-	-
Cotas de Fundos de Investimento (ii)	-	-	14	14
Total	27.049	27.049	14	14

(i) As Letras Financeiras do Tesouro estão reconhecidas pelo valor de mercado e classificadas como Disponíveis para Venda.

(ii) O valor da aplicação em cotas do fundo reflete o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo e disponibilizada na CVM. Os saldos em Cotas de Fundos de Investimento são resgatáveis a qualquer momento.

Nota 7. Relações Interfinanceiras

	31/12/2021	31/12/2020
Transações de Pagamentos (i)	69	-
Transações de Pagamentos Instantâneos (i)	11	47
Banco Central – Conta de Pagamento Instantâneo (ii)	5	472
Total	85	519

(i) Valores a receber de instituições de pagamento, referente a transações de pagamento por TED.

(ii) Valores a receber de instituições de pagamento, referente a transações de pagamento instantâneo.

(iii) Valores recolhidos ao Banco Central por titular de Conta de Pagamento Instantâneo (Conta PI), para operações de pagamento instantâneo (IN BCB nº 25).

Nota 8. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da Carteira de Crédito por Segmento Econômico e Nível de Risco:

Nível de Risco	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	% Provisão	Provisão 2021	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	% Provisão	Provisão 2020
A	14.566	106.587	121.153	0,5	606	12.435	35.854	48.289	0,5	241
B	29.562	27.180	56.742	1	568	8.561	3.436	11.997	1	120
C	50.863	12.549	63.412	3	1.902	19.485	5.483	24.968	3	749
D	1.101	1.289	2.390	10	239	226	1.548	1.774	10	178
E	-	1.093	1.093	30	328	945	1.222	2.167	30	650
F	-	945	945	50	472	-	864	864	50	432
G	-	915	915	70	641	2.098	899	2.997	70	2.098
H	2.026	6.946	8.972	100	8.972	2.112	10.378	12.490	100	12.490
Total	98.118	157.504	255.622		13.728	45.862	59.684	105.546		16.958

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a carteira de crédito estava composta dos seguintes saldos:

Produto	31/12/2021			31/12/2020		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Consignado	20.878	36.078	56.956	9.286	3.658	12.944
Capital de Giro	72.866	24.275	97.141	20.646	21.485	42.131
Empréstimo Pessoal	77.663	11.429	89.092	32.316	6.944	39.260
Desconto de Recebíveis	-	-	-	2.475	-	2.475
Financiamento de Veículos	964	1.007	1.971	2.368	2.035	4.403
Financiamento Demais Bens	4.940	5.522	10.462	1.846	2.487	4.333
Total da Carteira de Crédito	177.311	78.311	255.622	68.937	36.609	105.546
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.493)	(2.235)	(13.728)	(14.140)	(2.818)	(16.958)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	165.818	76.076	241.894	54.797	33.791	88.588

	31/12/2021	Participação	31/12/2020	Participação
Setor Privado				
Pessoas Físicas	127.394	49,8%	59.484	56,4%
Outros Serviços	14.321	5,6%	21.886	20,7%
Comércio	71.892	28,1%	22.091	20,9%
Indústria	11.488	4,5%	1.885	1,8%
Rural	417	0,2%	-	-
Setor Público				
Pessoas Físicas	30.110	11,8%	200	0,2%
Total	255.622	100%	105.546	100%

b) Composição da Carteira de Crédito por Vencimento:

Parcelas em Curso Normal:	31/12/2021	31/12/2020
De 1 a 30 dias	9.848	5.894
De 31 a 60 dias	19.579	10.498
De 61 a 90 dias	35.981	3.546
De 91 a 180 dias	53.504	15.389
De 181 a 360 dias	51.331	22.022
Acima de 360 dias	78.311	36.610
Subtotal	248.554	93.959
Parcelas Vencidas:		
De 1 a 14 dias	766	768
De 15 a 30 dias	682	656
De 31 a 60 dias	824	1.149
De 61 a 90 dias	577	1.060
De 90 a 120 dias	630	2.027
De 121 a 150 dias	569	1.046
De 151 a 180 dias	525	1.034
De 181 a 240 dias	896	1.884
De 241 a 360 dias	1.016	1.952
Acima de 360 dias	583	10
Subtotal	7.068	11.587
Total	255.622	105.546

c) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	(16.958)	(2.607)
Constituições	(14.710)	(18.061)
Baixas	17.940	3.710
Saldo Final	<u>(13.728)</u>	<u>(16.958)</u>

d) Concentração dos Maiores Devedores:

	<u>31/12/2021</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>
Maior devedor	10.264	4	8.754	8
Dez maiores devedores ⁽¹⁾	70.145	27	38.800	37
Vinte maiores devedores	112.614	44	49.209	47
Cinquenta maiores devedores	155.683	61	54.820	52
Cem maiores devedores	162.473	64	56.409	53

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o maior volume de operações é de clientes pessoa jurídica com operações de Capital de Giro.

e) Resultado de Operações de Crédito:

	2º semestre		
	<u>2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas com Empréstimos	17.733	30.142	24.867
Rendas com Direitos Creditórios	25	170	265
Rendas com Financiamentos	640	1.172	1.170
Total	<u>18.398</u>	<u>31.484</u>	<u>26.302</u>

f) Renegociação e Recuperação de Créditos

No semestre findo em 31 de dezembro de 2021 registrou-se a recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 2.250, ante R\$ 312 no mesmo período do ano anterior.

Nota 9. Outros Créditos - Diversos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos e Antecipações Salariais	-	4
Adiantamentos para Pagamentos (a)	3	12
Créditos Tributários de Impostos (b)	3.244	1.720
Impostos e contribuições a compensar (c)	30	30
Imposto de Renda a recuperar (d)	24	13
Valores a Receber (e)	13	-
Devedores Diversos (g)	388	-
Total	<u>3.702</u>	<u>1.779</u>
Curto Prazo	458	59
Longo Prazo	3.244	1.720

(a) Adiantamentos para Pagamentos

Adiantamentos à fornecedores, no valor de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2021.

(b) Créditos Tributários de Impostos

Em 31 de dezembro de 2021 foram apurados créditos referentes a Imposto de renda (R\$ 1.995) e Contribuição Social (R\$ 1.249), sobre prejuízos fiscais constituídos no exercício, nos termos da Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020. Os créditos tributários estão alocados no longo prazo, com expectativa de realização ao longo dos próximos 4 anos, conforme previsto em estudo técnico (vide nota 16.b).

(c) Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar referem-se a valores de imposto de renda recolhidos ou retidos indevidamente em períodos anteriores, no valor de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(d) Imposto de Renda a recuperar

Imposto de renda a recuperar refere-se a imposto de retidos na fonte oriundos de resgates de aplicações financeiras de períodos anteriores, no total de R\$ 24.

(e) Valores a Receber

Créditos a receber referente serviços de recarga telefônicas, no valor de R\$ 13.

(g) Devedores Diversos

Refere-se ao recebimento de parcelas de operações de crédito do último dia útil, a serem liquidadas em "D+1", no valor de R\$ 388.

Nota 10. Outros Valores e Bens

Outros valores e bens está composto por Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (R\$ 2.248), material em estoque (R\$ 33) e despesas antecipadas com a contratação de serviços de armazenamento de dados em ambiente digital, por um período de três anos (R\$ 82).

Outros Valores e Bens	31/12/2021			31/12/2020
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Serviço de Armazenamento de Dados	20	62	82	156
Total	20	62	82	156

Nota 11. Imobilizado de Uso

	12/2021			
	Taxas de Depreciação (ao ano)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	250	(90)	160
Sistema de Processamento de Dados	20%	166	(107)	59
Total		416	(197)	219

	12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Taxa (%)	12/2021
Móveis e Equipmts. de Uso	185	-	-	(25)	10	160
Sistema de Proc. de Dados	91	1	-	(32)	20	59
Total	276	1	-	(57)		219

Nota 12. Intangível

					12/2021
	Taxas de Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	
Outros Ativos Intangíveis	20%	5.075	(758)	4.317	
Total		5.075	(758)	4.317	

	12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Taxa (%)	12/2021
Outros Ativos Intangíveis	1.158	3.647	-	(488)	20	4.317
Total	1.158	3.647	-	(488)		4.317

É representado por desenvolvimento de software e website registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico.

Nota 13. Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Depósitos a prazo (a)	1.713	44.027	1.447	246	47.433	8.631
Recursos de Aceites e emissão de Títulos (b)	973	76.473	103.161	-	180.607	58.087
Total	2.686	120.500	104.608	246	228.040	66.718

(a) Depósitos a prazo

Representado por Certificados de Depósitos Bancários e Recibo de Depósitos Bancários no montante de R\$ 47.433 com vencimento até 13 de outubro de 2026 com taxa média de 118% do DI;

(b) Recursos de aceites cambiais

Representado por Letras de Câmbio no montante de R\$ 180.607 com vencimento até 05 de março de 2025 com taxa média de 106% do DI;

Nota 14. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados:

	31/12/2021	31/12/2020
IOF a Recolher Operações de crédito	319	1
Total	319	1

b) Fiscais e Previdenciárias:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão Para Impostos e Contribuições (i)	382	-
Impostos e Contribuições A Recolher (ii)	703	237
Total	1.085	237

(i) Provisão para imposto de renda (R\$ 199) e CSLL (R\$ 183), apurados no 4º trimestre de 2021.

(ii) Referem-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, bem como INSS, FGTS e IRRF sobre folha em 31 de dezembro 2021, além de tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros.

c) Recursos Vinculados a Operações de Crédito

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Operação Ativa Vinculada (i)	660	797
Total	660	797
Curto Prazo	184	184
Longo Prazo	476	613

(i) Realizado nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, com vencimentos até 15 de abril de 2025.

d) Diversas:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	464	229
Credores diversos – País (ii)	171	230
Total	635	459

(i) As provisões referem-se a despesas de pessoal relativo a férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos, apropriadas mensalmente conforme regime de competência.

(ii) Credores Diversos estão compostos por Empréstimos a Liberar, Fornecedores e Emolumentos a repassar.

Nota 15. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 77.000, totalmente integralizado, representado por 77 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim a totalidade de ações representativas do Capital Social da Sociedade por Ações denominada AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento.

Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período. Não foi apurado lucro no período.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízos acumulados	(5.540)	(4.483)
Total	(5.540)	(4.483)

A Companhia apurou prejuízo na ordem de R\$ 235 no segundo semestre de 2021, totalizando R\$ 1.057

Nota 16. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real estimativa mensal.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes e Diferidos:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	(2.200)	(2.200)	(3.431)	(3.431)
Adições				
Permanentes	-	-	14	14
Temporárias				
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	15.028	15.028	18.408	18.408
Prorrogação Licença Maternidade	-	-	-	-
Exclusões Permanentes	-	-	-	-
Exclusões Temporárias	(14.811)	(14.811)	(13.983)	(13.983)
Prejuízo Fiscal	(392)	(392)	-	-
Base de Cálculo	(2.375)	(2.375)	1.008	1.008
IR e CS Apurado	204	183	228	151
Benefício do Pat	6	-	6	-
Prorrogação Licença Maternidade	-	-	2	-
Ativo Fiscal Diferido	(822)	(523)	1.075	645
Efeito do IR e CS no Resultado	(612)	(340)	210	151

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>(-) Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	1.720	1.524	-	3.244
Total	1.720	1.524	-	3.244

A Administração da AL5 S.A – CFI referendou o estudo técnico dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/20.

Os créditos tributários foram constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

A Administração, com base nas projeções de resultado, acredita que o crédito tributário será auferido no decorrer dos próximos 4 anos do seu resultado tributável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a AL5 S.A – CFI não possui crédito tributário não ativado.

Nota 17. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme observado no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008.

São partes relacionadas à esta Companhia os controladores e acionistas, seus familiares e diretores, membros-chave da administração.

Os valores de captação com partes relacionados são remunerados a taxa média de 115% do DI.

	Passivo		Despesas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Agropecuária Maggi Ltda.	(73.370)	-	(870)	-
Agropecuária Pirapora	(1.048)	-	(48)	-
Amaggi Exportação e Importação Ltda.	-	(31.224)	(1.371)	(45)
Amaggi Participações Financeiras	(2.928)	(8)	(53)	-
BBM Administração e Participações Ltda.	(56.597)	-	(2.675)	-
Fundação André e Lucia Maggi	(11.997)	-	(320)	-
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.	(10.312)	(9.861)	(451)	(249)
HFLC Administração e Participações Ltda.	(8.488)	(8.116)	(371)	(188)
Maggi Energia S.A.	(2.074)	(1.981)	(92)	(24)
Pessoas Físicas	(49.721)	(8.939)	(1.692)	(113)
Recursos de Aceites e emissão de Títulos	(216.535)	(60.129)	(7.943)	(619)

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 referem-se a captações em letras de câmbio, CDB e RDB.

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Foi definido pela presidência da AL5 S.A – CFI e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração para o ano de 2021 o montante global de até R\$ 7 milhões, mesmo valor aprovado para 2020.

Nota 18. Outras Informações

a) Receitas da Intermediação Financeira

	2º Semestre		
	de 2021	2021	2020
Operações de Crédito	18.398	31.484	26.302
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.121	2.151	514
Operações Com. Títulos e Valores Mobiliários	-	-	5
Total	19.519	33.635	26.821

b) Despesas de Captação

	2º Semestre		
	de 2021	2021	2020
RDB	270	377	151
CDB	819	965	-
Letras de Câmbio Pós	5.193	7.059	1.700
Total	6.282	8.401	1.851

c) Outras Despesas de Intermediação Financeira

	2º Semestre		
	de 2021	2021	2020
Comissões (i)	1.045	2.951	3.079
Total	1.045	2.951	3.079

(i) Comissões pagas à correspondentes bancários pelos serviços de intermediação financeira em operações de crédito.

d) Receitas por Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	2º Semestre de 2021	2021	2020
Tarifa de Cadastro	1.378	2.639	1.002
Aditamento de Contrato	1	1	18
Emissão de Contratos	1.078	1.210	152
Total	2.457	3.850	1.172

e) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre de 2021	2021	2020
Contribuição Ordinária ao FGC	102	179	80
Processamento de Dados	3.146	5.260	2.088
Serviços Técnicos Especializados	194	476	562
Serviços do Sistema Financeiro	102	232	334
Seguros	15	25	34
Comunicações	69	132	109
Manutenção e Conservação	6	12	11
Serviços de Terceiros	523	787	382
Propaganda e Publicidade	44	108	98
Promoções e Realizações	5	5	12
Publicações	9	35	35
Material	8	12	16
Viagens	18	24	27
Amortização	316	488	172
Depreciação	29	58	56
Outras Despesas Administrativas	379	589	435
Total	4.965	8.422	4.451

f) Despesas de Pessoal

	2º Semestre de 2021	2021	2020
Proventos	2.130	4.070	2.245
Encargos	689	1.315	648
Benefícios	453	869	667
Outros	24	33	19
Total	3.296	6.287	3.579

g) Despesas Tributárias

	2º Semestre de 2021	2021	2020
COFINS	340	536	295
PIS	55	87	48
ISS	129	204	66
IOF	2	5	5
IPTU	-	21	-
Total	526	853	414

h) Outras Receitas e Despesas

	2º Semestre		
	de 2021	2021	2020
Outras Rendas Operacionais (i)	1.659	2.250	334
Outras rendas não Operacionais (ii)	116	230	137
Outras Despesas Operacionais (iii)	(132)	(222)	(113)
Total	1.643	2.258	358

(i) Refere-se à recuperação de créditos baixados como prejuízo

(ii) Refere-se a receitas de atualizações por valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic, descontos obtidos, despesas recuperadas e comissões por intermediação financeira.

(iii) Refere-se a despesas diversas inerentes a operação da AL5 S.A. CFI, tais como serviços de análises e informações para decisões de crédito, despesas postais, dentre outros.

j) Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 existem processos judiciais inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, considerados como perdas possíveis no montante de R\$ 52.

k) Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora de Operações e Finanças

Marco Antônio Sanches Felício
Diretor de Clientes e Produtos

William Luppi
Contador – CRC-PR-65355/O-5